



# MUNICIPIO DE LAJINHA – MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

## ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove às 08h00min, reuniu-se o a Comissão Permanente de licitação da Prefeitura Municipal de Lajinha - MG nomeado pela Portaria nº 004/2019 de 07/01/2019, para julgamento do **PROCESSO LICITATORIO nº 0106/2019, TOMADA DE PREÇO nº 002/2019**, referente à contratação de empresa para execução de obra para calçamento em bloquete sextavado e=8cm Fck=35MPa de 2.030,98m², execução de 916,55m de sarjeta de concreto – 50x5cm e assentamento de 936,79m de meio fio de concreto pré-moldado, nas Ruas Arnaldo Marinho Dias, Joaquim Emídio Ferreira e Travessa Irene Leite de Oliveira – Bairro Areado e Rua Sucupira – Bairro Honorato, na forma de execução indireta por empreitada global conforme contato de **CONVÊNIO nº 1491000290/2019**, celebrado entre a Secretaria de Estado de Governo e o Município de Lajinha – MG, tudo em conformidade com o edital de licitação, para sua entrega ao contratante, em perfeitas condições de uso, tudo inteiramente custeado pela contratada, conforme especificado no edital.

Aberta a sessão, verificou-se a presença das seguintes empresas interessadas, devidamente credenciadas, sendo estas:

- **GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE-ME**, inscrita no CNPJ Nº 26.573.880/0001-56, com representante legal Sr. **GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE**, inscrita no CPF Nº 089.311.116-30,
- **EDL CONSTRUTORA EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ Nº 30.492.354/0001-61, com representante legal Sr. **ALEXANDRO ALVES COSTA**, inscrita no CPF Nº 073.704.476-42,
- **DOMINUM ENGENHARIA EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ Nº 32.125.959/0001-40, com representante legal Sr. **FABRICIO FERNANDES DE CARVALHO**, inscrita no CPF Nº 096.227.266-31,
- **SUPER BLOCOS CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ Nº 31.751.867/0001-02, com representante legal Sr. **RODRIGO SALGADO GOMES DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF Nº 108.182.086-19





# MUNICIPIO DE LAJINHA – MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

Em seguida, foi feita a abertura e conferência dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação, toda a documentação foi assinada e conferida pelos participantes, a Comissão Permanente de Licitação fez a conferência necessária da documentação de todos os participantes com o CONFERE COM ORIGINAL, cabendo as seguintes observações,

A empresa **GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE-ME**, inscrita no CNPJ Nº **26.573.880/0001-56**, com representante legal do(a) Sr(a) **GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE**, inscrita no CPF Nº **089.311.116-30**, questionou sobre a empresa **EDL CONSTRUTORA EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ Nº **30.492.354/0001-61**, com representante legal do(a) Sr(a) **ALEXANDRO ALVES COSTA**, inscrita no CPF Nº **073.704.476-42**, que a empresa apresentou declaração de visita técnica em nome de **EDUARDO CARLOS DE MORAIS**, CREA nº **23300/D**, entretanto a visita foi realizada pelo procurador da empresa **ALEXANDRO ALVES COSTA**, inscrita no CPF Nº **073.704.476-42** e assinada pelo mesmo.


A empresa **EDL CONSTRUTORA EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ Nº **30.492.354/0001-61**, com representante legal do(a) Sr(a) **ALEXANDRO ALVES COSTA**, inscrita no CPF Nº **073.704.476-42**, questiona que a empresa **GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE-ME**, inscrita no CNPJ Nº **26.573.880/0001-56**, com representante legal do(a) Sr(a) **GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE**, inscrita no CPF Nº **089.311.116-30**, não apresentou o item - VI – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - 6.1.4 - Prova de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade, descumprindo exigência do edital.

A empresa **EDL CONSTRUTORA EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ Nº **30.492.354/0001-61**, com representante legal do(a) Sr(a) **ALEXANDRO ALVES COSTA**, inscrita no CPF Nº **073.704.476-42**, questionou que a empresa **SUPER BLOCOS CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ Nº **31.751.867/0001-02**, com representante legal Sr. **RODRIGO SALGADO GOMES DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF Nº **108.182.086-19**, apresentou atestado de capacidade técnica, onde menciona que o engenheiro **GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE**, inscrita no CPF Nº **089.311.116-30** CREA nº **182153/D**, Questionando que o mesmo não poderia participar do certame por ser o responsável e dono da empresa **GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE-ME**, inscrita no CNPJ Nº **26.573.880/0001-56** participante.

A empresa **SUPER BLOCOS CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, afirma não ter vínculo nenhum com o engenheiro mencionado.

Foi questionado também que a empresa **SUPER BLOCOS CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, não atendeu o item do edital 6.1.14 - Termo de Vistoria, fornecido pelo engenheiro responsável do Município de Lajinha, comprovando que o interessado compareceu ao setor para conhecimento das condições da execução da obra. **A vistoria será realizada no dia 10/12/2019 de 09h00min (com tolerância de 00:20min)**, não se admitindo, sob nenhum pretexto, vistoria fora desta data e horário determinados, que a empresa mencionada acima não apresentou o atestado de visita técnica emitido pela Prefeitura e ou engenheiro.





# MUNICIPIO DE LAJINHA – MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO  
CNPJ: 18.392.522/0001-41

responsável do município, no entretanto a empresa a apresentou declaração de conhecimento do objeto.


A empresa **GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE-ME**, inscrita no CNPJ Nº **26.573.880/0001-56**, com representante legal do(a) Sr(a) **GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE**, inscrita no CPF Nº **089.311.116-30**, questiona que a empresa **DOMINUM ENGENHARIA EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ Nº **32.125.959/0001-40**, com representante legal Sr. **FABRICIO FERNANDES DE CARVALHO**, inscrita no CPF Nº **096.227.266-31**, não apresentou balanço patrimonial registrado na junta comercial. (Alegando que o balanço deve ser apresentado registrado).

Questionou também que os valores apresentados no índice de liquidez são divergentes dos apresentados no balanço patrimonial (ativo circulante) e (passivo circulante).

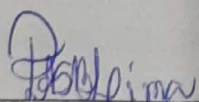
O Presidente da Comissão Permanente de Licitação decide abrir prazo de 05 (cinco) dias para e análise jurídica, contábil e da engenharia, sobre os questionamentos, após análise a CPL convocara por e-mail as empresas para a segunda fase do processo.

Em seguida, não havendo nada mais a tratar, eu **GELI EBER DA SILVA**, lavrei a presente ata, que lida e aprovada, será assinada por mim e membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lajinha - MG, e licitantes presentes.

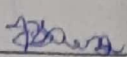
## Comissão Permanente de Licitação



Geli Eber da Silva  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Purcina Alice Boechat de Lima  
Membro da Comissão Permanente de Licitação



Josélia Brito de Souza  
Membro da Comissão Permanente de Licitação



# MUNICIPIO DE LAJINHA – MINAS GERAIS

PREFEITURA - SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO

CNPJ: 18.392.522/0001-41

Carlos Roberto das Dores Souza  
Membro da Comissão Permanente de Licitação

## Licitantes Presentes

GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE-ME,  
CNPJ Nº 26.573.880/0001-56  
Representante legal  
Sr. GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE  
CPF Nº 089.311.116-30

EDLE CONSTRUTORA EIRELI-ME  
CNPJ Nº 30.492.354/0001-61  
Representante legal  
Sr. ALEXANDRO ALVES COSTA  
CPF Nº 073.704.476-42

DOMINUM ENGENHARIA EIRELI-ME  
CNPJ Nº 32.125.959/0001-40  
Representante legal  
Sr. FABRICIO FERNANDES DE CARVALHO  
CPF Nº 096.227.266-31

SUPER BLOCOS CONSTRUÇÕES EIRELI-ME  
CNPJ Nº 31.751.867/0001-02  
Representante legal  
Sr. RODRIGO SALGADO GOMES DE OLIVEIRA  
CPF Nº 108.182.086-19





# PREFEITURA DE LAJINHA

## PARECER SETOR DE ENGENHARIA

Assunto: Solicitação de Parecer Técnico para análise do Processo Licitatório nº 106/2019, Tomada de Preço nº 002/2019.

### DOS FATOS

Trata-se do requerimento realizado pela Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Lajinha/MG, referente aos questionamentos das empresas participantes do processo licitatório nº 106/2019, tomada de preço nº 002/2019. Cujo o objeto do contrato é a contratação de empresa para execução de obra para calçamento em bloquete sextavado das ruas Arnaldo Marinho Dias, Joaquim Emídio Ferreira e Travessa Irene Leite de Oliveira, situadas no bairro Areado e a rua Sucupira, situada no bairro Honorato no município de Lajinha/MG.

O Setor de Engenharia do município de Lajinha/MG por meio de sua Engenheira Responsável, analisou os questionamentos apresentados e verificou os mesmos dando o seu parecer.

### DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Foi apresentado a este setor 02 (dois) questionamentos, que foram analisados separadamente.

O primeiro questionamento foi apresentado pela empresa GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE-ME, CNPJ: 089.311.116-30, aonde o representante da empresa questionou a declaração de visita técnica, item 6.1.14 do edital, apresentado pela empresa EDL CONSTRUTORA EIRELI-ME, CNPJ: 30.492.354/0001-61.

A declaração de visita técnica apresentada pela empresa EDL estava preenchida com os dados do responsável técnico da empresa, porém a



# PREFEITURA DE LAJINHA

assinatura não era do mesmo, mas sim a do procurador que foi o responsável da empresa a vir participar da visita técnica realizada no dia 10/12/2019.

O segundo questionamento foi apresentado pela empresa EDL CONSTRUTORA EIRELI-ME, CNPJ: 30.492.354/0001-61, aonde o representante da empresa questionou o atestado de capacidade técnica e o não cumprimento do item 6.1.14 do edital, pela empresa SUPER BLOCOS CONSTRUÇÕES EIRELI-ME, CNPJ: 31.751.867/0001-02.

O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa SUPER BLOCOS menciona o engenheiro Gabriel Sanches Alves Gomes Lage, Crea MG nº 182.153/D, que é o responsável técnico e legal da empresa GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE -ME participante do processo licitatório. E não apresentou o atestado de visita técnica, item 6.1.14 - (Termo de Vistoria, fornecido pelo engenheiro responsável do município de Lajinha, comprovando que o interessado compareceu ao setor para conhecimento das condições da execução da obra).

## CONCLUSÃO

Por isso, em análise ao primeiro questionamento, verificou-se que não é necessário que o responsável técnico da empresa participe da visita técnica, apesar de ser de suma importância a sua presença. Qualquer representante legal da empresa pode participar da visita técnica para conhecimento do local que vai ser implantada a obra. Entretanto, o que houve foi o preenchimento do atestado com os dados do responsável técnico, porém o mesmo não assinou o atestado, sendo o procurador da empresa o responsável que acompanhou a visita técnica e que assinou o mesmo. Não cabendo a esse setor tal parecer, sobre a validade ou não da assinatura do procurador, mesmo não possuindo os seus dados, mas sim os dados do engenheiro responsável. Devendo ser dado o parecer dessa situação pelo setor jurídico do município de Lajinha/MG.

Em análise ao segundo questionamento, verificou-se que o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa SUPER BLOCOS e que menciona o engenheiro civil Gabriel Sanches, não impede que a empresa





## PREFEITURA DE LAJINHA

GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE-ME, no qual o engenheiro citado acima é o responsável técnico participe do processo licitatório. Pois o atestado apresentado diz que a obra executada pela empresa FAQ CONSTRUTORA LTDA-ME, atendeu satisfatoriamente as exigências, tendo como responsáveis técnicos da empresa os engenheiros civis Gabriel Sanches Alves Gomes Lage e Rodrigo Salgado Gomes de Oliveira, sendo que o engenheiro Rodrigo é o responsável técnico da empresa SUPER BLOCOS. Portanto, o atestado técnico apresentado pela empresa SUPER BLOCOS é válido, não tendo nenhuma irregularidade.

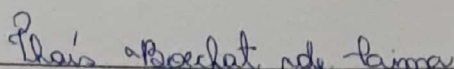
Também deve ser levado em consideração que a empresa SUPER BLOCOS não apresentou o item 6.1.14 - (Termo de Vistoria, fornecido pelo engenheiro responsável do município de Lajinha, comprovando que o interessado compareceu ao setor para conhecimento das condições da execução da obra), que é de suma importância para análise do local que vai ser implantado a obra. Entretanto, a empresa apresentou declaração de responsabilidade e conhecimento do local para execução e cumprimento do objeto do contrato.

Porém o item 6.1.14 não é de caráter desclassificatório, apesar de ser importante para a empresa analisar e ter conhecimento do local que vai ser executado a obra do objeto do contrato.

Portanto o Setor de Engenharia deste município, entende que os seguintes questionamentos também devem ser analisados pelo setor jurídico e que todas as empresas citadas acima podem participar do processo licitatório, pois cumpriram todas as exigências do edital.

É o parecer.

Lajinha/MG, 06 de janeiro de 2020.



**THAÍS BOECHAT DE LIMA**

Engenheira Civil CREA MG 212.895/D

**Thaís Boechat de Lima**  
Engenheira Civil  
Crea MG-212895/D

Lajinha (MG), 07 de Janeiro de 2020.

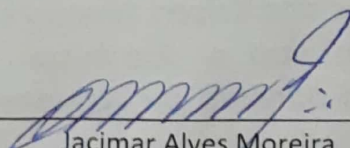
Vimos por meio desta, em atenção a solicitação do Setor de Compras e Licitação, opinar, sobre o questionamento feito:

- A empresa DOMINUM ENGENHARIA EIRELI, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 32.125.959/0001-40, apresentou Balanço Patrimonial do exercício em que o certame ocorreu, e no Edital Publicado esta Municipalidade solicitou cópia do Balanço Patrimonial do último exercício, ou seja, (2018). A empresa supracitada ainda apresentou os Balanços sem o devido Registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, o que por vez, pode sofrer alterações, findo exercício de 2019.

Ademais, a Empresa Dominum Engenharia EIRELI, teve início de suas atividades em 28/11/2018 e poderia apresentar os Balanços do referido exercício Registrado na JUCEMG, mesmo que sem movimentação.

Desta forma encaminho ao Setor de Compras e Licitação nossa opinião, quanto às questões argüidas e para que tome as providências jurídicas cabíveis, que se fizerem necessárias quanto ao caso.

É o parecer,



Jacimar Alves Moreira  
Sócio Administrador





## PARECER JURÍDICO

De-ASSESSORIA JURÍDICA

Para- CPL E PREFEITO MUNICIPAL

Ref- - RECURSO -HABILITAÇÃO- T.P- 002/2.019

A CPL,

Verifica-se que foram efetivados diversos questionamentos na fase de habilitação, passamos então a análise das alegações das empresas.

**Gabriel Sanches Alves Gomes Lage-ME**, apresenta recurso nos seguintes termos: Que a empresa EDL CONSTRUTORA apresentou visita técnica realizada pelo seu Procurador, mas em nome de **EDUARDO CARLOS DE MORAIS**; Alega ainda que a empresa **DOMINUN** não apresentou balanço patrimonial registrado na JUCEMG, alegando que o balanço deverá estar registrado e que os índices de liquidez são divergentes dos apresentados no balanço patrimonial, ativo e passivo circulante.

Quanto ao primeiro questionamento, entendo que improcede, já que a visita técnica não é item obrigatório, mas facultativo e ademais, a empresa nomeou Procurador para representá-la na visita, sendo portanto, válido o ato.

TCU – Acórdão 571/2006 – 2ª. Câmara; Acórdão 1264/2010 – Plenário; Acórdão n.º 2179/2011-Plenário; Acórdão n.º 2299/2011-Plenário.



# PREFEITURA DE LAJINHA

Quanto a isso, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo traçou diretrizes gerais a respeito da matéria, no julgamento do TC nº 333/009/11, nos seguintes termos:

*“Por derradeiro, em relação à pessoa que deverá ser designada para o evento, penso que o encargo é atributo exclusivo da licitante, cabendo a ela eleger o profissional responsável que entenda como o mais adequado para a tarefa, independente de ser engenheiro ou não.*

Aliás, assim decidiu o Plenário do Tribunal, nos TC - 000202/013/10, TC -13464/026/09 e TC -16339/026/08.

Para que seja obrigatória, o órgão precisa justificar, muito bem fundamentado, essa imposição. Demonstrar, claramente, porque a visita é tão necessária.

Caso contrário, é essa obrigação é revertida em mera faculdade, S.M.J.

Podemos retirar essa conclusão das decisões do TCU, como por exemplo:

“É irregular exigir visita técnica como requisito de habilitação em licitação, a não ser quando for imprescindível o conhecimento das particularidades do objeto e acompanhada de justificativa, sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto. [...] Outrossim, salientei que, apesar de ser possível a exigência de vistoria prévia ao local da obra, ‘a necessidade desta deve ser previamente justificada em face das peculiaridades do objeto licitado. Não sendo assim, mostra-se suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto, nos termos consignados pela unidade técnica.” (TCU Acórdão 1955/2014-Plenário)

Portanto, quanto a este questionamento, deve ser rejeitado o recurso.

Com relação a alegação que a empresa DOMINUN não apresentou balanço patrimonial registrado na JUCEMG, alegando que o





PREFEITURA DE  
**LAJINHA**

balanço deverá estar registrado e que os índices de liquidez são divergentes dos apresentados no balanço patrimonial, ativo e passivo circulante, cabe esclarecer o seguinte: Remetido os autos ao setor contábil, foi verificado que o edital exige apresentação de balanço do exercício anterior, sendo que foi apresentado o balanço do exercício de 2.019, descumprindo o edital, devendo, portanto, ser desclassificada e inabilitada por não cumprir as regras editalícias.

A empresa EDL CONSTRUTORA, apresenta recurso nos seguintes termos: Que a empresa GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE não cumpriu as exigências contidas no item 6.1.4 do edital, e verificando os autos constata-se que não foi cumprido o item 6.1.4, e por este motivo deve ser desclassificada.

E também que: A empresa SUPER BLOCOS CONSTRUÇÕES apresenta atestado de capacidade técnica onde menciona que o engenheiro responsável é GABRIEL SANCHES ALVES GOMES LAGE, sócio da empresa com mesmo nome e participante do certame, porém a empresa SUPER BLOCOS CONSTRUÇÕES afirmou não ter vínculo com o engenheiro Gabriel mas que no passado trabalhou na empresa. Assim, não vislumbro motivos para desclassificação quanto a este questionamento.

Quanto ao questionamento do termo de vistoria, entendo ser facultativo conforme acima relatado.

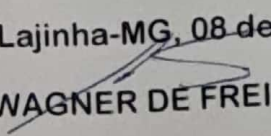
Pelo prosseguimento do certame. 0

É o nosso entendimento, s.m.j.

À consideração superior.

É O PARECER, SUB CENSURA

Lajinha-MG, 08 de Janeiro de 2018

  
WAGNER DE FREITAS HOTT

OAB/MG-54.374